

PREÇO E LIBERDADE: ESTUDO SOBRE AS ALFORRIAS EM SÃO JOÃO DEL REI NA PRIMEIRA METADE DO OITOCENTOS

Gabriela Vitória Monteiro da Silva¹, Afonso de Alencastro Graça Filho²

1. Estudante do curso de História da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

2. Professor do DECIS - Departamento de Ciências Sociais, UFSJ/Orientador

Resumo

Este trabalho pretende analisar a relação entre a concessão/conquista de alforrias e um fator econômico: os preços dos escravizados. A partir da coleta de informações em inventários *post-mortem* de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, no recorte temporal de 1800-1850, utilizando-se do método quantitativo, montamos uma base de dados com o intuito de averiguar se a flutuação dos preços seria realmente um dos aspectos importantes e influenciadores no tocante a oscilação das taxas de alforrias. Nossos esforços se direcionam nessa perspectiva de estudos para melhor compreendermos a conjuntura na qual a libertação era alcançada, tendo em vista que o Brasil escravista não pode se definir por padrões homogêneos, mesmo no referente às razões pelas quais se alforriavam - ou não - os escravos, fazendo-se necessário o estudo com recortes geográficos específicos para apreendermos as singularidades de cada região.

Palavras-chave: Escravidão; manumissão; economia.

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Trabalho selecionado para a JNIC: UFSJ.

Introdução

A História da escravidão passou por uma série de transformações desde a década de 1980. Nesse contexto, surge o que se pode definir de *paradigma da agência*, uma nova forma de interpretar as relações escravistas, deslocando os escravos de um status “coisificado” para um patamar de atores sociais. Acompanhando esse ritmo de renovação historiográfica, se dá também o desenvolvimento crescente pelo estudo das alforrias. Antes desse período, imaginava-se que as manumissões teriam alcançado um número muito restrito de escravos, legando para a temática a pecha de “irrelevante” dentro da historiografia. Em 1970, alguns poucos trabalhos começaram a surgir, de maneira muito limitada e com o enfoque no século XIX. Foi mesmo com os esforços desse revisionismo dos anos de 1980 que veio à luz o entendimento da importância de se direcionar um olhar mais profundo às liberdades alcançadas por intermédio das alforrias, já que, grosso modo, a conquista da liberdade pode conversar com conceito de *agência*, estabelecendo novas chaves explicativas sobre os escravos, suas relações sociais e ações.

Muitos nomes surgiram com o fomento desse novo interesse historiográfico, Kátia Mattoso estudando a Bahia do séc. XVIII, Peter Eisenberg com a região de Campinas no Oitocentos, Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna escrevendo sobre Minas Gerais no Setecentos e alguns outros estudiosos referenciais. Os resultados auferidos por cada autor, em seus respectivos recortes geográficos e temporais, levam a resultados distintos. Diferentemente da recepção freyriana, que tende a homogeneizar o escravismo no Brasil, a historiografia dessas últimas décadas vem demonstrando a pluralidade da História da escravidão, bem como se vê nos quadros das produções referentes às manumissões. Sendo assim, fica evidente a necessidade de se analisar contextos específicos para a melhor compreensão da diversidade e complexidade das dinâmicas nas quais se inserem as alforrias, cada recorte levará a um caminho singular, desenhado em suas próprias peculiaridades históricas.

Metodologia

Buscando contribuir com a literatura pertinente à dita temática, nos propomos a estudar a relação entre o contingente de alforrias e a conjuntura econômica na localidade de São João del Rei, Minas Gerais na primeira metade do século XIX através da utilização de fontes primárias, inventários *post-mortem*, encontrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da cidade de São João del Rei, lançando mão do método quantitativo.

Procuramos coletar informações sobre os escravizados nas ditas fontes (mais especificamente no excerto de descrição e arrolamento dos bens), escolhemos de modo aleatório 149 inventários que correspondessem aos nossos recortes temporal e geográfico. Fundamentados em tais fontes, construímos uma base de dados sobre mais de 800 escravizados arrolados com os seguintes dados: nome do escravizado, sua nação ou cor, idade, condição de saúde, ofício, gênero, laços familiares, o preço e a identificação do

documento no qual coletamos as informações, o inventariado e a data. Logicamente que os inventários variam na quantidade e qualidade das descrições, em alguns casos, somente o nome e o preço dos escravos são encontrados, enquanto que em outros pode-se observar quase todos os itens elencados acima.

Em seguida, objetivando a construção de gráficos para análise da flutuação dos preços, optamos por pincelar na “base de dados bruta” 150 arrolados que não apresentassem nenhum ofício, condição especial física ou de saúde, registros de “problemas” de insubordinação ou fugas, para que, destarte, pudéssemos tentar evitar distorções e variações violentas, buscando uma média dos valores. Separamos os dados por gênero e três grupos etários, sendo as divisões de idade realizadas pela idade ativa, de 15 a 45 anos, a idade infantil, de 0 a 14 anos e a idade idosa, superior ou igual aos 46 anos.

Resultados e Discussão

Gráfico 1. Preços Médios Nominais dos escravos de 0 à 14 anos, 1800-1850/ Fonte: IPHAN SJR, Inventários.

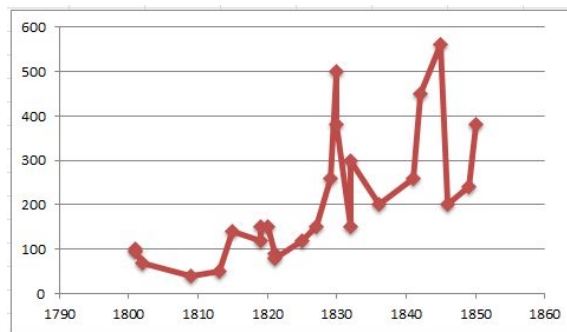
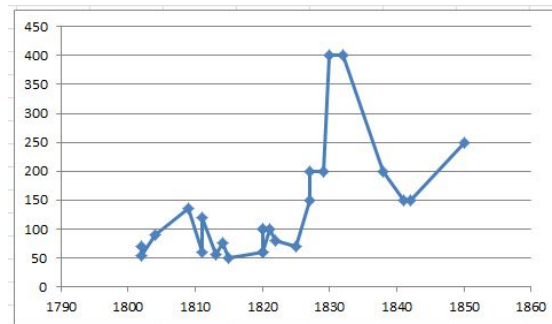


Gráfico 2. Preços Médios Nominais das escravas de 0 à 14 anos, 1800-1850/ Fonte: IPHAN SJR, Inventários.



No caso das crianças, a variação realizada por cada um dos gráficos parece descompassada nos anos de 1840. Nos primeiros dez anos analisados, o movimento dos preços dos garotos é decrescente, enquanto que o das garotas é crescente e acaba se aproximando dos 150 mil réis, à medida em que os escravos do sexo masculino ficam abaixo do preço de 100 mil réis. Na década seguinte, a variação se inverte, cede o valor das escravizadas, enquanto aumenta a curva equivalente a importância dos escravos. Os anos de 1820 parecem os que mais se assemelham nesses dois gráficos, a ascensão violenta é verificada, no gráfico dos escravizados no ano de 1821, momento em que o preço encontrado é de 80 mil réis, já no ano de 1830, esse valor alcança os 500 mil réis, para o gráfico as escravizadas, o ano de 1825 marca os 70 mil réis, mas no ano de 1830, a quantia é de 400 mil réis. Posteriormente, as importâncias sofrem uma baixa, mas tornam a subir com a proximidade do ano de 1850.

Gráfico 3. Preços Médios Nominais dos escravos em idade ativa, 1800-1850/ Fonte: IPHAN SJR, Inventários.

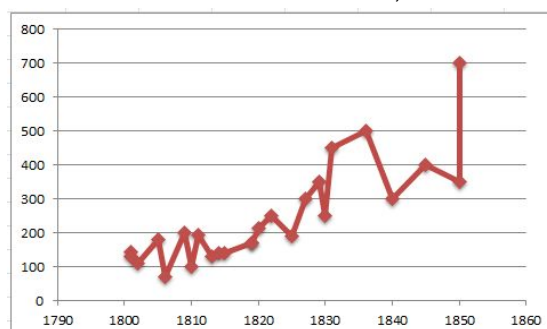
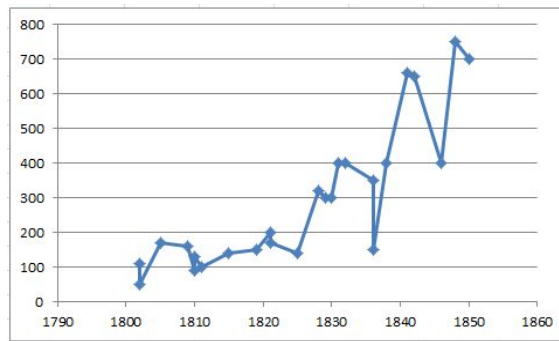
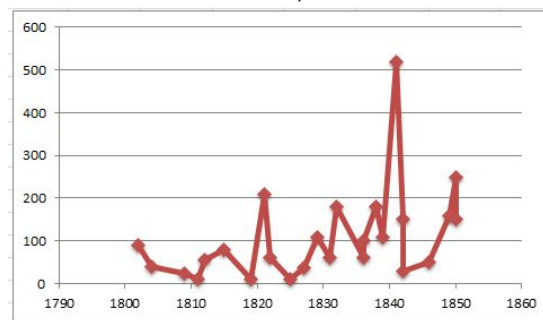
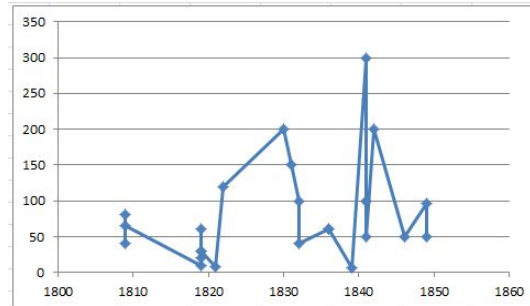


Gráfico 4. Preços Médios Nominais das escravas em idade ativa, 1800-1850/ Fonte: IPHAN SJR, Inventários.

Com base nos gráficos do escravizados em idade ativa, observamos que os preços sofrem um crescente durante a década de 1820, que se acentua de forma mais concreta nos anos 1830, e nos dois gráficos, tanto o das mulheres, quanto o dos homens, os traços de uma queda na década de 1840 parecem se acompanhar, mas apenas para, em seguida, retornar à abrupta subida, chegando ou mesmo superando a marca dos 700 mil réis em 1850.

Gráfico 5. Preços Médios Nominais dos escravos idosos, 1800-1850/ Fonte: IPHAN SJR, Inventários.**Gráfico 6.** Preços Médios Nominais das escravas idosas, 1800-1850/ Fonte: IPHAN SJR, Inventários.

Acerca dos idosos, percebemos que, ao longo dos primeiros vinte anos do século XIX, os preços permanecem abaixo dos 100 mil réis. Esse quadro começa a se alterar logo em 1820, momento em que percebemos uma elevação semelhante tanto no caso masculino, quanto no caso feminino. Nota-se que o preço de um escravizado idoso sobe de 10 mil e quatrocentos réis em 1819, para 210 mil réis no ano de 1821, já no caso das escravizadas, o preço salta de 8 mil réis em 1821 para 120 mil réis em 1822. No período próximo à década de 1830, os valores tornam a decair, o que se altera com os picos encontrados no ano de 1841 - coincidentes nos dois gráficos - apresentando as importâncias de 520 mil réis para os escravos do sexo masculino e 300 mil réis para as escravas do sexo feminino.

De maneira geral, pode-se averiguar que as primeiras duas décadas do Oitocentos, ainda que apresentem certo aumento no preço dos escravizados, possuem menos variações, sendo o menor preço encontrado nesse ínterim o de 10 mil réis, enquanto o maior é de 215 mil réis. Já as últimas três décadas, apresentam alto grau de flutuação, com crescimento significativo dos preços. Nas proximidades de 1830, acham-se valores de 400 e 500 mil réis, o que só é superado em fins dos anos de 1840 e no ano de 1850, período em que encontramos o preço máximo de nossa amostragem, 750 mil réis.

Conclusões

Para aferir as relações entre as movimentações dos preços, as cruzamos com fundos sobre as alforrias encontrados em *As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notoriais, as alforrias em sisas e as alforrias testamentais em São João del Rei, séculos XVIII e XIX.*, trabalho conjunto dos historiadores Douglas Libby e Graça Filho, que dizem respeito às variações quantitativas das alforrias.

Entendemos que as alforrias estão inseridas em um complexo engendramento de fatores diversos, e nenhum deles poderia definir por si só a libertação dos indivíduos escravizados. As relações de poder, as estratégias individuais, os contextos políticos, a economia e as peculiaridades culturais são alguns dos aspectos que influem sobre as conquistas e/ou concessões das alforrias. Deste modo, nosso resultado com esse trabalho deve ser compreendido como um esforço na direção de desvelar uma das muitas partes que integram a realidade das manumissões.

Ao dialogar os resultados obtidos com as fontes, tem-se que “os anos de 1811-1830 [são] os de maior ocorrência dessas concessões”. Ao mesmo tempo, como bem se pode constatar a partir dos gráficos das médias nominais de preços, é por volta de 1830 que os valores dos escravizados começa a subir de maneira notável. Dessa forma, parece adequado relacionar o aumento dos preços à diminuição das alforrias, inclusive, a última data de crescimento coincidente identificada no referente às alforrias nos livros de sisas e livros de notas é o ano de 1825, justamente o momento em que observa-se o início de uma curva ascendente nas importâncias de todos os gráficos das médias de preços, o que corrobora com a nossa afirmação de que a alta nos valores do escravizados em São João del Rei seria um dificultador para as libertações.

Referências bibliográficas

- BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos.** In: PINSKY, Carla B. (ORG). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008. P. 23-80.
- BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos (1807-1869).** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. P. 85-96.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80.** Cad. AEL, v. 14, n. 26, 2009.
- EISENBERG, Peter. **A carta de alforria e outras fontes para se estudar a alforria no século XIX.** In: EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX.** Campinas: Editora Unicamp, 1989.
- FARIA, Sheila de Castro. **A riqueza dos libertos: os alforriados no Brasil escravista.** In: CHAVES, Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (ORGs). **Território, conflito e identidade.** Minas Gerais: Argumentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888).** São Paulo: Annablume, 2002.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX.** In: REZENDE, M. E. L. de; VILALTA, L. C. (ORGs). **História de Minas Gerais: a província de Minas.** Vol. I. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2013.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. **As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentais em São João del Rei, séculos XVIII e XIX.** In: GUEDES, Roberto; FRAGOSO, João (ORGs). **História Social em registros (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX).** Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2016. P. 6-30.
- KARACH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. **Equilíbrio e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX.** Papéis Avulsos, n. 7, p. 26-43, dez. 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. **O “grande plantel mineiro” do século XIX: origens e posses.** In: REZENDE, M. E. L. de; VILALTA, L. C. (ORGs). **História de Minas Gerais: a província de Minas.** Vol. I. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2013. P.187.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, ; KLEIN, Herbert. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais.** São Paulo: EDUSP, 2009.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. **A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos.** In: **Ciência e Cultura.** São Paulo, SBPC, 32(7): 836-841, 1980.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **A propósito das cartas de alforria, Bahia 1779-1850.** In: **Anais de História.** Assis, nº 4, 1972.
- MONTI, Carlo G. **Por amor a Deus: o processo de alforria de escravos em Mariana (1750-1779).** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1983.